

# Equidade e governança: análise política da pesquisa em determinantes sociais da saúde no Brasil

*Equity and governance: political analysis of research in the social determinants of health in Brazil*

## Antonia Angulo-Tuesta

Doutora em Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias em Saúde Curso de Saúde Coletiva, Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília, Brasil.

## Zulmira M. A. Hartz

Professora Catedrática Convidada, GHM, Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

## Resumo

O fortalecimento do sistema de pesquisa em saúde requer o monitoramento das políticas de financiamento. Este estudo analisa a estrutura da política de financiamento, a colaboração interinstitucional governamental e as repercussões na capacidade de pesquisa em determinantes sociais da saúde, na perspectiva da equidade, no Brasil. Trata-se de pesquisa avaliativa, baseada no princípio da parceria autêntica da Pesquisa Global em Saúde aplicado a políticas de financiamento. Dados dos editais e do financiamento das pesquisas do Ministério da Saúde, no período de 2004 a 2014 foram identificados em sites institucionais de fomento e plataforma digital. Foram financiadas 155 pesquisas, no valor de R\$ 25,2 milhões. O Ministério da Saúde cooperou de forma relevante com as instituições estaduais de saúde e pesquisa. A maioria dos editais não explicitou esse tema e entre os editais nacionais que o priorizaram influenciaram no financiamento. A capacidade de pesquisa institucional é altamente concentrada em três instituições sediadas na região Sudeste. Esse panorama indica desafios associados com o desenvolvimento de mecanismos efetivos de governança: gestão interinstitucional e de colaboração financeira, definição de prioridades de pesquisa; e formação de grupos de pesquisa em desigualdades socioeconômicas, de gênero, étnicas e regionais no país.

### Palavras Chave:

Política de pesquisa, determinantes sociais da saúde, equidade, pesquisa em saúde.

## Abstract

The strengthening of the health research system requires monitoring of funding policies. This study analyses the funding policy structures, the interinstitutional governmental collaboration and the repercussion of research capacity in social determinants of health, under a perspective of equity, in Brazil. This is an evaluative research based on the principle of authentic partnership within Health Global Research applied to funding policies. Data from the Ministry of Health former calls and funding research, from 2004 to 2014, were identified in institutional promotion websites and digital platform. One hundred fifty-five researchers were financed in the amount of R\$ 25.2 million. The Ministry of Health invested significantly with the Health and Research State Institutions. The majority of calls did not clearly stated this theme and among the national calls that prioritized it influenced the financing. The capacity of institutional research is highly concentrated in three institutions headquartered in the Southeast of Brazil. This panorama indicates challenges concerning the development of effective governance mechanisms: interinstitutional management and financial collaboration, research priorities definition and enhance the growth of research groups on socioeconomic, gender, ethnic and regional inequalities in the country.

### Key Words:

Research policy, social determinants of health, equity, health research.

## Introdução

A capacidade do sistema de investigação define-se como a capacidade em lidar efetivamente com as necessidades de investigação das prioridades locais e nacionais e ser competitivo no ambiente internacional para atrair a melhor equipa, investimentos externos e parcerias de investigação. [1]

Um dos desafios dos sistemas de pesquisa de saúde diz respeito à implementação de políticas de financiamento equitativas que se expressam nas práticas de cooperação interinstitucional governamentais e agências de fomento em nível internacional e nacional que influenciam o desenvolvimento da capacidade de pesquisa nos países.

De acordo com Plamondon, K. et al. [2] as políticas de financiamento compreendem algo que explicita ou implicitamente determina a forma como o financiamento da pesquisa em saúde pode ser preparado, usado ou administrado, assim como os guias ou políticas que retratam o investimento em financiamento da pesquisa. Essas políticas incluem práticas que não são documentadas como política formal, mas que constituem a rotina ou a forma típica de financiamento para pesquisa.

O Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit-MS) no Brasil financia pesquisas, a partir de 2004, orientado de forma sistemática e atualizada por prioridades com o intuito de produzir conhecimentos de alta qualidade a fim de propiciar a sua utilização para implementação de programas eficazes que promovam modificações significativas dos padrões de morbimortalidade, melhoria do desempenho do sistema de saúde, redução de iniquidades sociais com benefícios sociais e económicos.

Este estudo busca analisar a estrutura da política de financiamento do Decit-MS na perspectiva da equidade e as práticas de colaboração interinstitucional com os governos estaduais, as agências de fomento a nível nacional e estadual e a influência no fortalecimento da capacidade de pesquisa em determinantes sociais da saúde (DSS).

A escolha do estudo de caso – pesquisa em determinantes sociais em saúde – justifica-se para compreender como a política de financiamento do Decit-MS baseada na equidade se estrutura diante da necessidade de oferecer as melhores evidências que contribuam para a redução das desigualdades em saúde que ainda persistem no país (relevância social). [3]

## Materiais e métodos

Trata-se de pesquisa avaliativa que utilizou o referencial teórico para a definição de critérios de análise da equidade em políticas de financiamento desenvolvido por Plamondon et al. [2] Esses critérios basearam-se nos Princípios para a Pesquisa Global em Saúde, a saber: parceria autêntica, inclusão, benefícios compartilhados, compromisso com o futuro e responsabilidade com as causas das desigualdades. [4]

Esse estudo aplicou o *princípio de parceria autêntica* para a análise da política de financiamento implementada pelo Ministério da Saúde e parceiros institucionais, entre 2004 e 2014, tendo como estudo de caso o financiamento das pesquisas em determinantes sociais em saúde.

O princípio de parceria autêntica diz respeito à construção de equidade e reciprocidade nas parcerias de pesquisa, incluindo as formas pelas quais essas parcerias permitem a distribuição justa de recursos, poder e benefícios. [4] Esse princípio aplicado às políticas de financiamento considera as seguintes questões: (1) atenção às estruturas de parceria das equipas de pesquisa, distribuição de recursos, grau de participação e colaboração; (2) transparência na intenção de adotar estratégias de parceria equitativas e éticas; (3) definição de expectativas para a pesquisa global em saúde a fim de reconhecer e mitigar os desequilíbrios de poder e (4) exigência do uso de ferramentas de avaliação de parceria ou avaliação de processos [2].

O mapeamento das pesquisas sobre determinantes sociais em saúde financiadas pelo Ministério da Saúde e parceiros institucionais, no período de 2004 a 2014, foi realizado na Plataforma PesquisaSaude (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), em setembro de 2017, utilizando-se as palavras-chave: determinantes sociais em saúde, desigualdades em saúde, iniquidades, equidade. Essa plataforma proporciona as variáveis necessárias para a análise da governança (número de pesquisas financiadas, recursos financeiros da pesquisa, nome do edital, ano de lançamento do edital, instituições beneficiadas, região e unidade federativa da instituição, modalidades de fomento, instituição ou agência financiadora). Os editais de pesquisa foram identificados nos sítios institucionais das agências de fomento à pesquisa e na Internet, os quais permitiram a análise das linhas prioritárias e o reconhecimento de parceiros institucionais de financiamento. Esse estudo foi desenvolvido entre agosto de 2017 a julho de 2018.

**Quadro 1.** Princípio de parceria autêntica para a análise da política de financiamento do Ministério da Saúde e parceiros institucionais para a pesquisa em determinantes sociais em saúde. Brasil, 2004-2014

Princípio de parceria autêntica aplicado às políticas de financiamento	Política de financiamento da pesquisa em determinantes sociais em saúde - Brasil
1) atenção às estruturas de parceria das equipes de pesquisa, distribuição de recursos, grau de participação e colaboração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evolução da distribuição dos recursos financeiros no período estudado</li> <li>• Colaboração interinstitucional (cofinanciamento) entre governo e agências de fomento à pesquisa nacional e estadual</li> </ul>
2) transparência na intenção de adotar estratégias de parceria equitativas e éticas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorização do tema nos editais de pesquisa segundo modalidades de fomento</li> </ul>
3) definição de expectativas para a pesquisa global em saúde a fim de reconhecer e mitigar os desequilíbrios de poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da capacidade de pesquisa: financiamento entre as regiões mais e menos desenvolvidas em C&amp;T; instituições beneficiadas</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Esse artigo busca responder a questões analíticas da política de financiamento do MS para a pesquisa em determinantes sociais em saúde. No Quadro 1 apresenta-se a síntese destas questões.

1. Como a política de financiamento em determinantes sociais em saúde se distribuiu no período estudado?
2. Como a política de financiamento das instituições governamentais de fomento explicita as prioridades de pesquisa sobre determinantes sociais em saúde?
3. Como a política de financiamento do MS centrada no princípio da equidade orienta a cooperação interinstitucional para a pesquisa em determinantes sociais em saúde?
4. Como a política de financiamento do MS e instituições de fomento se distribui e fortalece a capacidade de pesquisa em determinantes sociais em saúde nas instituições de ensino e pesquisa no país?

## Resultados e discussão

### Política de financiamento da pesquisa em determinantes sociais em saúde

No período de 2004 a 2014 o Ministério de Saúde por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit-MS) e os parceiros institucionais financiaram 155 pesquisas com o investimento total de R\$ 25,2 milhões no país. Ao longo dos anos observa-se grande variabilidade do financiamento a pesquisa em DSS (Tabela 1).

Para compreender se o Decit-MS e os estados definiram uma política de financiamento de pesquisa em DSS; verificou-se a relação do financiamento dessas pesquisas no financiamento global da pesquisa em saúde, assim como, a variação anual da proporção em relação à

média do percentual total do financiamento (Tabela 2). Constatou-se que a proporção do financiamento a pesquisas em DSS foi maior de 1 em relação à média do percentual total (2,6) em quatro anos (2004, 2008, 2011, 2014), no período estudado.

Analisou-se de que forma as modalidades de fomento e a definição de prioridades explícitas sobre DSS nos editais ajudam a explicar esses achados. As modalidades de fomento implementadas pelo MS são: a) contratação direta, em que o Decit-MS contrata os investigadores em resposta às prioridades de pesquisa das áreas técnicas do MS; b) descentralizado (Programa de

**Tabela 1** - Investimentos (nº e R\$) das pesquisas em determinantes sociais da saúde. MS e parceiros institucionais. Brasil, 2004-2014

Ano	Nº de Pesquisas	%	Recursos (R\$ milhões)	%
2004	27	17,4	1,2	4,8
2005	16	10,3	1,0	4,1
2006	42	27,1	4,6	18,4
2007	6	3,9	0,8	3,0
2008	5	3,2	6,9	27,5
2009	18	11,6	2,3	9,2
2010	4	2,6	0,7	2,9
2011	1	0,6	1,0	4,0
2012	12	7,7	1,7	6,6
2013	18	11,6	3,4	13,6
2014	6	3,9	1,5	5,9
Total	155	100,0	25,2	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

**Tabela 2** - Proporção do financiamento das pesquisas em determinantes sociais da saúde em relação ao financiamento global da pesquisa em saúde e à média do percentual total do financiamento. MS e parceiros institucionais. Brasil, 2004-2014

Ano	Total do financiamento da pesquisa (R\$ milhões)	Total do financiamento das pesquisas em DSS (R\$ milhões)	% das pesquisas em DSS / financiamento total da pesquisa	Proporção em relação à média do %
2005	138,9	1,0	0,7	0,3
2010	49,7	0,7	1,5	0,5
2007	37,4	0,8	2,0	0,7
2009	120,4	2,3	1,9	0,7
2012	85,5	1,7	2,0	0,7
2013	142,3	3,4	2,4	0,8
2006	158,8	4,6	2,9	1,0
2014	48,1	1,5	3,1	1,1
2004	29,5	1,2	4,1	1,5
2008	153,5	6,9	4,5	1,6
2011	16,3	1,0	6,1	2,2
<b>Total</b>	<b>980,5</b>	<b>25,2</b>	<b>2,6</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

Pesquisa para o SUS-PPSUS), são editais organizados pela cooperação entre o Decit-MS e as fundações de amparo a pesquisa e as secretarias de saúde estaduais, organizados por diversas prioridades em edital; 3) nacional, são editais orientados por prioridades específicas e organizados pelo MS em colaboração com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Nesses quatro anos, observou-se que o principal financiamento resultou da contratação do MS diretamente aos investigadores para a realização de três pesquisas (72,8%; R\$ 7,7 milhões): 1) Desafios para a Proteção Social em saúde no Brasil em um contexto de iniquidade (2004; R\$ 149 mil), 2) Epigen – Epidemiologia genômica de doenças complexas (2008; R\$ 6,6 milhões), 3) Efetividade da fortificação caseira com vitaminas e minerais (2011), um milhão de reais). Os valores dos dois últimos estudos explicam a proporção maior que 1 nos anos de 2008 e 2011. Nos resumos desses três projetos explicitam-se as desigualdades sociais como elementos de análise. No caso da contratação desses projetos pode-se presumir que as áreas técnicas orientaram ao Decit-MS para as necessidades de melhorar as respostas do sistema de saúde baseadas nos DSS.

Os editais nacionais (8), nos anos de 2004, 2008 e 2014, corresponderam a 19% do financiamento, três deles incluíram linhas prioritárias sobre DSS nos editais: 1) Sistemas e Políticas de Saúde - Qualidade e Humanização no Sus (2004; R\$ 0,6

milhões), 2) Saúde Bucal (2008; R\$ 131,6 mil) definiram linhas prioritárias relacionadas aos determinantes sociais em saúde; 3) Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT N°34/2014 – Pesquisas sobre Doenças Respiratórias Crônicas (R\$ 493 mil).

Os editais do PPSUS (8) representaram 8% do financiamento, nos anos de 2004, 2008 e 2014, sem definição explícita de prioridades sobre determinantes sociais em saúde nos editais.

### **Política de colaboração interinstitucional (cofinanciamento) entre os governos e agências de fomento nacional e estadual para financiamento da pesquisa em determinantes sociais em saúde**

O panorama geral do financiamento da pesquisa em DSS de acordo com as modalidades de fomento proporciona um primeiro olhar para a análise da colaboração interinstitucional (Tabela 3). Observa-se que a principal modalidade de financiamento foi o edital nacional.

Ao desagregar o financiamento de acordo com as instituições (Tabela 4) observa-se que o MS é a principal instituição colaboradora em todas as modalidades de fomento, com destaque para os editais nacionais com a participação maioritária do Decit-MS (80%) e de outras áreas técnicas do MS. Na contratação direta o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) por meio do CT-Saúde colaborou com o financiamento das

**Tabela 3** - Distribuição de projetos e financiamento da pesquisa em determinantes sociais da saúde por modalidades de fomento. MS e parceiros institucionais. Brasil, 2004-2014

Modalidades de fomento	Nº de projetos	%	Recursos (R\$ milhões)	%
Nacional	82	52,9	11,2	44,5
Contratação direta	6	3,8	9,2	36,6
PPSUS	67	43,2	4,8	18,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

pesquisas. Nos editais descentralizados o MS cooperou com 63,6% do financiamento nos estados.

Ao analisar de que forma a política de financiamento de estudos em DSS é influenciada pela definição de prioridades de pesquisa nos editais constatou-se que:

a) O maior financiamento de projetos (44,5%) resultou de 26 editais nacionais orientados para temas específicos como por exemplo: saúde bucal, saúde da mulher, doenças negligenciadas, alimentação e nutrição, violência, acidentes e traumas. Mas a maioria desses editais não explicitou entre as linhas prioritárias de fomento questões relacionadas com as determinantes sociais em saúde.

b) Entre os editais nacionais que indicaram de forma explícita os temas prioritários relacionados com as determinantes sociais em saúde três deles financiaram 52% das pesquisas nesta modalidade de fomento: 1) Determinantes sociais da saúde, saúde da pessoa com deficiência, da população negra, da população masculina (2006) de R\$ 3,3 milhões; 2) Chamada N° 41/2013 MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit - Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Produção de Conhecimento para a Efetivação do Direito Universal à Saúde), de R\$ 1,8 milhão; 3) Sistemas e Políticas de Saúde - Qualidade e Humanização no Sus (2004) de R\$ 0,6 milhão.

**Tabela 4** - Cooperação interinstitucional no financiamento a pesquisa em determinantes sociais em saúde por modalidades de fomento. MS e parceiros institucionais. Brasil, 2004-2014

Modalidades de fomento	MS R\$	%	Estados R\$	%	MCT R\$	%	Total R\$
Nacional	9,97	92,2	0,0	0,0	0,85	7,8	10,8
Contratação Direta	6,22	67,5	0,0	0,0	3,00	32,5	9,2
PPSUS	2,42	63,6	1,38	36,4	0,03	0,7	3,8
Total	18,6	78,1	1,38	5,8	3,88	16,26	23,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

c) Entre os 45 editais PPSUS poucos explicitaram linhas prioritárias sobre os DSS.

d) Nos seis projetos contratados diretamente aos pesquisadores, esses definiam as iniquidades e desigualdades sociais como objeto dos estudos.

Assim, pode-se verificar que a definição explícita das prioridades de pesquisa em DSS nos editais nacionais e estaduais pode beneficiar o fomento de temas que representam lacunas de conhecimento sobre iniquidades em saúde no país. Considerando que a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, definida e implementada a partir de 2004 não incluiu os DSS como tema específico torna-se fundamental a inclusão de prioridades em DSS nos editais, assim como na organização de editais específicos (fomento nacional) sobre DSS que perpassa o conjunto de questões relevantes sobre esse tema.

Borde et al. [5] no estudo de mapeamento das capacidades de pesquisa para DSS no Brasil apontam que a produção de artigos sobre DSS e iniquidades em saúde, nos anos de 2007 e 2010, apresenta picos, o que pode refletir mas, não necessariamente, a priorização desses temas nas agendas de pesquisa pelos tomadores de decisão e pesquisadores influenciados pela ação da Organização Mundial da Saúde e da Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde no Brasil.

### Política de financiamento da pesquisa em determinantes sociais em saúde e a relação com a capacidade de pesquisa regional

Um dos atributos desta política diz respeito ao desenvolvimento da capacidade de pesquisa nas regiões e estados do país. Ao analisar os dados observou-se que o financiamento se concentrou nas instituições sediadas na região Sudeste, principalmente nas capitais dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em segundo lugar, na região Nordeste (Tabela 5).

Quanto à distribuição do financiamento nas instituições observou-se que 57 universidades e institutos de pesquisa em 20 estados do país foram contempladas. Porém, 77,3% do investimento total concentrou-se em 10 instituições de ensino e pesquisa, sendo que 53,5% desse

Tabela 5. Distribuição dos investimentos das pesquisas em determinantes sociais da saúde por regiões. Decit-MS e parceiros, Brasil, 2004-2014

Região	Nº de projetos	%	Recursos (R\$ milhões)	%
<b>Sudeste</b>	64	41,3	16,8	66,7
Minas Gerais	21	13,5	9,3	37,1
São Paulo	24	15,5	4,6	18,3
Rio de Janeiro	19	12,3	2,8	11,3
<b>Nordeste</b>	50	32,3	3,6	14,2
Bahia	20	12,9	1,9	7,4
Pernambuco	12	7,7	0,9	3,5
Ceará	6	3,9	0,36	1,4
Alagoas	4	2,6	0,23	0,9
Maranhão	3	1,9	0,12	0,5
Rio Grande do Norte	3	1,9	0,07	0,3
Sergipe	1	0,6	0,025	0,1
Paraíba	1	0,6	0,013	0,1
<b>Sul</b>	26	16,8	2,2	8,7
Rio Grande do Sul	13	8,4	1,5	6,1
Paraná	7	4,5	0,34	1,4
Santa Catarina	6	3,9	0,31	1,2
<b>Centro-Oeste</b>	10	6,5	1,9	7,6
Distrito Federal	6	3,9	1,8	7,1
Goiás	2	1,3	0,057	0,2
Mato Grosso do Sul	2	1,3	0,049	0,2
<b>Norte</b>	5	3,2	0,7	2,9
Amazonas	2	1,3	0,5	1,9
Pará	2	1,3	0,25	1,0
Tocantins	1	0,6	0,005	0,0
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100,0</b>	<b>25,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

financiamento beneficiou três instituições: 1) Fundação Oswaldo Cruz, em 3 sedes (Minas Gerais, R\$ 6,6 milhões; Rio de Janeiro, R\$ 1,9 milhão; Pernambuco, R\$ 92 mil); 2) Universidade de São Paulo e 3) Universidade Federal de Minas Gerais.

Esses resultados demonstram os desequilíbrios no financiamento vinculados à distribuição das instituições e dos grupos de pesquisa no país com interesse no estudo desse tema (Tabela 6).

Como assinalam Borde et al. [5], existiam 69 grupos de pesquisa com pelo menos uma linha de investigação orientada aos DSS, desigualdades e iniquidades em saúde, em 2012, na Plataforma Lattes, que regis-

Tabela 6. Distribuição dos investimentos de pesquisa em determinantes sociais da saúde segundo as dez instituições mais financiadas. Decit-MS e parceiros, Brasil, 2004-2014

Instituição	Nº de projetos	%	R\$	%
Fundação Oswaldo Cruz	12	7,7	8,94	35,5
Universidade de São Paulo	12	7,7	2,91	11,6
Universidade Federal de Minas Gerais	9	5,8	1,61	6,4
Fundação João Pinheiro - MG	3	1,9	1,50	6,0
Universidade Federal da Bahia	17	11,0	1,08	4,3
Universidade Federal do Rio de Janeiro	5	3,2	0,96	3,8
Universidade Federal de Pelotas	4	2,6	0,87	3,5
Universidade Federal de Pernambuco	7	4,5	0,62	2,5
Fundação Universidade de Brasília	2	1,3	0,51	2,0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	6	3,9	0,44	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da plataforma Pesquisa Saúde (<http://pesquisasaude.saude.gov.br/>), acesso em setembro de 2017.

tra os grupos de pesquisa no país. A distribuição regional desses grupos apresenta diferenças notáveis, com predomínio na região Sudeste (52%) e nenhum grupo na região Norte. Esses grupos estão fortemente concentrados na Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de São Paulo na região Sudeste. Mas, identificaram-se grupos na Universidade Federal da Bahia (4) e na Universidade Federal de Pernambuco (3) localizadas na região Nordeste.

Os resultados sobre a distribuição do financiamento nas instituições de pesquisa seguem o padrão de desigualdade regional dos grupos de pesquisa identificados por Borde et al. [5]



## Conclusões

Passaram-se quase 15 anos da definição da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e da atualização permanente da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde assim como o reconhecimento do papel do Ministério da Saúde na gestão da pesquisa em saúde e o fortalecimento da participação das instituições estaduais de saúde e de fomento à pesquisa no Brasil.

Os investimentos federais na política de financiamento para a pesquisa em determinantes sociais da saúde revelam-se fundamentais para ampliar a capacidade de pesquisa estadual por meio da cooperação com o PP-SUS. Dessa forma, apoia-se mudanças para a formação

e o fortalecimento de novos grupos de pesquisa em instituições localizadas nas regiões com menor desenvolvimento científico e tecnológico, revertendo-se o financiamento altamente concentrado em poucas instituições.

A definição de prioridades de pesquisa em determinantes sociais da saúde e a política de financiamento tornam-se necessários como parte de estratégias de governança a fim de garantir a produção de conhecimentos; a promoção de redes colaborativas interinstitucionais com participação de pesquisadores, tomadores de decisão e profissionais de saúde; a divulgação e utilização dos resultados de pesquisa; a análise das implicações da pesquisa na política de saúde e a retroalimentação para a investigação futura. [6]

## Bibliografia

1. Council on Health Research for Development - Cohred. Research Fairness Initiative Implementation Guide. Geneve: Council on Health Research for Development; 2017. 31p.
2. Plamondon K, Walters D, Campbell S, Hatfield J. Promoting equitable global health research: a policy analysis of the Canadian funding landscape. *Health Res Policy Sys.* 2017 Agosto 15:72.
3. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS. As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 32p.
4. Canadian Coalition for Global Health Research - CCGHR. Principles for Global Health Research. Canadian Coalition for Global Health Research. Promoting better and more equitable health worldwide through the production and use of knowledge; 2015. 14p.
5. Borde E, Akerman M, Pellegrini Filho A. Mapping of capacities for research on health and its social determinants in Brazil. *Cad. Saúde Pública.* 2014 Outubro 30(10):2081-91.
6. Pellegrini Filho A. Public policy and the social determinants of health: the challenge of the production and use of scientific evidence *Cad. Saúde Pública*, 2011 Dezembro; 27 Sup 2:S135-S140.

## Conflitos de interesses:

Os autores declaram que não existem conflitos de interesses.